

# Acompanhamento Conjuntural – 5/2011

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA  
Superintendência de Desenvolvimento Industrial  
Data de fechamento: 16/05/2011



## *Grandes desafios para a indústria*

O déficit no saldo da balança comercial da indústria atingiu US\$ 13,4 bilhões no 1º trimestre do ano, um crescimento de mais de 30% em relação ao mesmo período do ano anterior. Embora a maior parte do déficit tenha sido gerada por segmentos industriais de alto valor agregado, tais como informática, produtos eletrônicos e comunicações, e máquinas e equipamentos, segmentos trabalho-intensivos, tais como calçados, vestuário, mobiliário e produtos plásticos, registraram as maiores quedas relativas.

A deterioração da balança comercial da indústria de transformação foi acompanhada pela redução do nível médio de utilização da capacidade instalada. Não por acaso, no período analisado a utilização média da capacidade instalada nos segmentos trabalho-intensivos sofreu a queda mais significativa. Segundo os dados divulgados para o 1º trimestre de 2011 pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a utilização média da capacidade instalada caiu 5,2 p.p no setor de vestuário, calçados e artigos de tecelagem, 4,3 p.p no setor de mobiliário e 2.8 p.p no setor de produtos plásticos.

Os dados do Caged para o 1º trimestre do ano confirmam a tendência de queda da utilização da capacidade instalada nos segmentos industriais trabalho-intensivos. O ritmo de geração de postos de trabalho no 1º trimestre do ano no setor de madeira e mobiliário caiu 75% em relação ao mesmo período do ano anterior. O setor de têxteis e vestuário registrou queda de 60% e o de calçados 36%.

A combinação de crescimento do déficit comercial com queda da utilização da capacidade instalada e redução do ritmo de geração de empregos indica uma clara perda da competitividade da indústria brasileira, particularmente nos segmentos mão-de-obra intensivos, mais afetados pelo aumento do salário em dólar e pelos pesados encargos sobre a folha de pessoal. Em alguns setores industriais a importação não está mais sendo usada apenas

para complementar a oferta, mas sim como substituição de insumos, componentes e produtos acabados nacionais.

Após a divulgação dos números de inflação ao consumidor e ao produtor de março, ficou clara para o Governo a disseminação das pressões inflacionárias para o setor de serviços e para os bens de consumo finais. O Governo Federal prioriza na sua agenda o combate à inflação e o Banco Central, na ata de sua última reunião, aponta para um ciclo de aperto monetário gradual e prolongado, de forma a levar a inflação para o centro da meta em 2012.

A mudança de postura do Bacen e o senso de urgência do Governo deverão se materializar em juros reais mais altos e na continuidade do câmbio valorizado no curto prazo. Juntamente ao esforço do Governo em atingir o superávit fiscal anunciado e ao efeito das medidas macroprudenciais no estoque do crédito, o nível de atividade e a demanda doméstica por produtos industriais sofrerão impacto significativo.

O cenário prospectivo para a indústria de transformação apresenta grandes desafios: a intensificação das importações em diferentes elos da cadeia produtiva, a redução da demanda doméstica e a dificuldade do repasse dos custos e da recomposição de margens. A busca pelo aumento da competitividade através de reformas estruturais (tributária, trabalhista) e da contínua redução dos gargalos logísticos (custo de energia, escoamento via portos e ferrovias), assim como a urgente adoção de medidas de defesa comercial, particularmente nos segmentos trabalho-intensivos, torna-se fundamental para assegurar a capacidade produtiva nacional e de agregação de valor ao produto para atender ao crescimento e sofisticação do mercado consumidor brasileiro no longo prazo.

**João Marcelo Alves**

SUPERINTENDENTE DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

## *PIB*

A CNI revisou de 4,5% para 3,5% a previsão de crescimento do PIB em 2011. Pela ótica da demanda, o Consumo das Famílias e a Formação Bruta da Capital Fixo deverão crescer 4,5% e 9%, respectivamente. Pela ótica da oferta, os setores Serviços e Agropecuária deverão crescer 3,8%, enquanto a Indústria apresentará taxa de expansão mais modesta (2,8%), com destaque para a Indústria Extrativa (4,5%) e a Construção Civil (3,5%). Para o Copom, o crescimento da renda e do crédito tem mantido a demanda doméstica aquecida, mas a tendência é de acomodação da atividade nos próximos meses, em função das recentes medidas de restrição ao crédito, das novas altas da Selic e do maior esforço fiscal do Governo. O FMI projeta crescimento do PIB brasileiro de 4,5% neste ano e de 4,1% em 2012.

## *Política Monetária*

O Copom decidiu em sua reunião de abril elevar pela 3ª vez consecutiva a taxa Selic, de 11,75% para 12% ao ano. Para o Banco Central, o processo de ajuste da política monetária deverá se estender por um período mais prolongado do que o anteriormente previsto. A tendência é que os juros subam mais nas próximas reuniões, embora com uma intensidade menor. Estão previstas mais cinco reuniões para este ano, sendo a próxima no dia 07 de junho. Segundo projeções do Relatório Focus do BC, a Selic deverá alcançar 12,5% no final de 2011.

A inflação acumulada em 12 meses deverá permanecer em patamar elevado até setembro deste ano. A partir do 4º trimestre, o cenário avaliado indica tendência declinante, com o IPCA convergindo em direção à meta. A inflação medida pelo IPCA em abril apresentou variação de 0,77% (ante 0,79% em março). O grupo Transportes, com variação de 1,57%, foi o que apresentou maior alta. Em 12 meses, o

IPCA alcançou 6,51%, situando-se acima do intervalo superior da meta de inflação. O relatório Focus prevê inflação de 6,37% para 2010 e 5% para 2012.

## *Política Fiscal*

Os resultados consolidados das contas públicas no 1º trimestre deste ano confirmam a tendência de que a meta de superávit primário anunciada pelo Governo deverá ser integralmente cumprida, tendo em conta que já alcançou, desde o início de ano, mais de 1/3 do valor estabelecido para 2011. Em meados de abril, o Governo Federal enviou ao Congresso Nacional o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2012. As prioridades da Administração Pública Federal para o exercício do próximo ano serão as ações do PAC e as relativas ao combate à extrema pobreza. O Governo Federal tem uma previsão otimista quanto à trajetória da relação dívida pública/PIB, anunciando uma trajetória de queda dos atuais 39,9% para 28,5% em 2014.

## *Contas Externas*

No 1º trimestre deste ano, o saldo em conta corrente, que compreende os resultados da balança comercial, da conta de serviços e renda e das transferências unilaterais, foi deficitário em US\$ 14,6 bilhões. No acumulado dos últimos 12 meses, o déficit alcançou US\$ 50 bilhões (2,33% do PIB), confirmando a tendência de deterioração das contas externas no período pós-crise econômica mundial. O aumento do déficit na conta de serviços e rendas, principalmente por conta da maior remessa de lucros e dividendos, explica a evolução negativa do saldo em conta corrente. A expectativa do mercado é de aumento do déficit em conta corrente nos próximos meses, alcançando US\$ 60 bilhões no final do ano.

As reservas internacionais em março totalizaram US\$ 317,1 bilhões, registrando aumento de US\$ 9,6 bilhões em relação ao verificado em fevereiro, resultado da compra líquida de US\$ 8,8 bilhões realizada pelo Banco Central no mercado doméstico de câmbio. A despeito das recorrentes intervenções do Banco Central no mercado cambial e das medidas recentemente adotadas para conter o ingresso de capitais estrangeiros, a moeda brasileira continua valorizada, tendo o dólar ficado abaixo de R\$ 1,60 praticamente durante todo o mês de abril. Segundo o Boletim Focus do Banco Central, o mercado espera que o dólar termine o ano cotado em R\$ 1,62. O setor produtivo cobra medidas mais firmes contra a valorização cambial, mas o Governo já indicou que irá priorizar o combate à inflação, o que deverá, com o aumento dos juros, fortalecer ainda mais o real. O MDIC está na fase final de formatação da nova política industrial (PDP II), que deverá envolver medidas fiscais, tributárias e de incentivo às exportações.

## PIB

A CNI revisou para baixo a previsão de crescimento do PIB em 2011. Segundo a entidade, a expansão da economia brasileira neste ano deverá ser de 3,5%, ante projeção de 4,5% divulgada em dezembro de 2010. Pela ótica da demanda, o Consumo das Famílias deverá apresentar desaceleração para 4,5% ante 7% em 2010, por conta da queda no ritmo das contratações do mercado de trabalho, do aumento das taxas de juros e do impacto das medidas macroprudenciais adotadas pelo Banco Central, tais como a elevação do IOF sobre operações de crédito para pessoa física. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) deverá crescer 9% em 2011, ante 21,8% no ano anterior. A taxa de crescimento projetada para o Consumo do Governo é de 2,8%. Com a diminuição do ritmo de expansão da demanda interna, as importações deverão crescer 19% e as exportações 9,2% em 2011.

Pela ótica da oferta, o setor de Serviços deverá manter o maior dinamismo, crescendo 3,8% em 2011, mesma taxa de expansão projetada para a Agropecuária. O PIB industrial deverá crescer 2,8% frente a 2010, taxa de expansão próxima à média anual dos últimos 10 anos (2,9%). Em função da perspectiva de redução dos gastos governamentais relacionada ao maior esforço fiscal do Governo, a Construção Civil deverá crescer apenas 3,5%, comparado a 11,6% em 2010. A Indústria Extrativa deverá crescer 4,5% e a Indústria de Transformação, a de maior peso na composição do PIB industrial, tem expansão projetada de apenas 2% em 2011, ante crescimento de 9,7% no ano anterior.

De acordo com o Copom, a demanda doméstica ainda se apresenta robusta, em grande parte devido ao crescimento da renda e da expansão do crédito. Além disso, a despeito das recentes medidas para contenção das despesas do setor público, os impulsos fiscais e creditícios, que foram aplicados na economia nos últimos trimestres, ainda deverão contribuir para

a expansão da atividade e, conseqüentemente, para o baixo nível de ociosidade. No prazo mais longo, a atividade tende a desaquecer com a reversão das iniciativas adotadas durante a crise financeira de 2008/2009, das medidas macroprudenciais adotadas recentemente e, sobretudo, das elevações da taxa básica de juros, implementadas neste ano.

Os dados do Caged, divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), apontaram uma geração líquida de 92,7 mil empregos formais em março e 525,6 mil no 1º trimestre deste ano. Houve queda acentuada do saldo de geração de empregos em março, tanto na comparação com os meses de janeiro e fevereiro deste ano, quanto na comparação com março de 2010. Praticamente todos os setores apresentaram queda no ritmo de geração de empregos em relação ao verificado em fevereiro, com redução mais intensa na Indústria de Transformação, principalmente no segmento de produtos alimentares, Construção Civil, Comércio, Administração Pública e Agropecuária. Há preocupação quanto a uma possível redução do ritmo de expansão do mercado formal de trabalho, em decorrência da desaceleração da economia. Embora a expectativa para abril seja positiva, com contratações maiores que as de março, o saldo deverá ficar abaixo do registrado em abril de 2010. A expectativa do IPEA é que o saldo de geração de empregos com carteira assinada alcance 1,7 milhão em 2011 ante 2,5 milhões em 2010, principalmente devido às contratações nos setores de comércio e reparação (546 mil) e Indústria (503 mil).

O relatório *Regional Economic Outlook* do FMI aponta que o crescimento da economia da América Latina continua forte, acima de seu potencial, em função da alta de preços das *commodities*, das melhores condições de financiamento e das políticas governamentais de estímulo. As projeções de crescimento da economia brasileira são de 4,5% para 2011 e 4,1% para 2012. O FMI recomenda que os governos latino-americanos, principalmente o Brasil, adotem políticas fiscais mais austeras a fim de diminuir os riscos associados ao elevado crescimento de suas economias, quais sejam: (i) maiores pressões inflacionárias, advindas sobretudo dos segmentos de alimentos e combustíveis; (ii) elevação do déficit em conta corrente; (iii)

expansão das operações de crédito; e (iv) crescente endividamento externo das empresas.

## *Política Monetária*

O Copom decidiu em sua reunião de abril elevar pela 3ª vez consecutiva a taxa Selic, de 11,75% para 12% ao ano. De acordo com nota divulgada pelo Banco Central, o processo de ajuste da política monetária deverá se estender por um período mais prolongado do que o anteriormente previsto na reunião de março. Mesmo prevendo uma postura mais ativa, o Copom espera que a inflação convirja para o centro da meta somente em 2012. No cenário atual, os membros do Comitê consideram que os riscos para a inflação provêm do ritmo ainda incerto de redução da atividade doméstica, bem como da complexidade do ambiente internacional. A elevação da Selic em 0,25 p.p foi decidida por cinco votos a favor e dois votos pelo aumento da taxa Selic em 0,50 p.p.

A decisão não consensual de elevação da Selic refletiu as diferentes leituras que os membros do Copom estão fazendo sobre o balanço das medidas já aplicadas *vis-à-vis* a trajetória da inflação. Parte do Comitê entende que somente a manutenção de um elevado ritmo de ajuste da taxa Selic seria suficiente para mitigar riscos de que pressões inflacionárias recentes se transmitam ao cenário prospectivo. A maioria do Comitê, no entanto, entende que um substancial esforço anti-inflacionário já foi introduzido na economia e que as defasagens desse esforço ainda atuam sobre a atividade e os preços, o que, associado à decisão atual de se prolongar o ciclo de ajuste, recomendaria uma reavaliação da estratégia de política monetária, com menores altas de juros.

O cenário com o qual o Copom trabalha para a inflação prevê dois momentos distintos. Até setembro, a inflação acumulada em 12 meses tende a permanecer em patamares elevados, inclusive superiores ao teto da banda do sistema de metas de inflação, em decorrência da elevada inércia

trazida de 2010 e do descolamento das expectativas de inflação. No último trimestre do ano, o cenário central indica tendência declinante para a inflação acumulada em doze meses, ou seja, deslocando-se na direção da trajetória de metas.

A inflação medida pelo IPCA em abril apresentou variação de 0,77% ante 0,79% em março. O grupo Transportes, com variação de 1,57%, foi o que apresentou maior alta, com impacto de 0,30 p.p no índice do mês. Os preços do etanol subiram novamente (+11,20%), totalizando 31,09% no ano. Com isso, influenciaram o preço da gasolina, que ficou 6,26% mais cara em abril, num total de 9,58% no ano. Juntos, os combustíveis registraram alta de 6,53% no mês. O grupo Alimentos continua pressionando o índice de inflação, sendo o segundo que mais impactou no índice, com alta de 0,58% em abril ante alta de 0,75% em março. Dentre os alimentos que tiveram maior aumento em abril, destacam-se: batata inglesa, feijão carioca, ovos, leite pasteurizado, refeição fora do domicílio e pão francês. No acumulado do 1º trimestre deste ano, o IPCA aumentou 3,23%, ficando acima dos 2,65% registrados em igual período de 2010. Em 12 meses o IPCA alcançou 6,51%, situando-se acima do intervalo superior da meta de inflação.

A partir de abril deste ano, o IBGE passou a divulgar mensalmente o Índice de Preço ao Produtor (IPP), que mede a evolução dos preços de produtos “na porta da fábrica”, sem impostos e sem frete, de 23 setores da indústria de transformação. Em março de 2011, o IPP registrou alta de 0,39%, ante alta de 0,6% em fevereiro deste ano. Das 23 atividades pesquisadas, 11 apresentaram altas nos preços. As quatro maiores variações no mês foram: impressão (5,35%), refino de petróleo e produtos de álcool (1,99%), calçados e produtos de couro (1,86%) e têxteis (1,41%). No acumulado do ano o índice alcança 1,4% e em 12 meses encerrados em março, ficou em 6,8%.

## *Política Fiscal*

O setor público registrou superávit primário em março de R\$ 13,6 bilhões, comparado a um déficit de R\$ 160 milhões em igual mês de 2010 (ver tabela 1 no anexo). O pagamento de juros computou R\$ 20,6 bilhões, contra R\$ 17 bilhões em março de 2010. O resultado nominal apresentou déficit de cerca de R\$ 7 bilhões (-2,1% do PIB), gerando um aumento de R\$ 31,9 bilhões na dívida mobiliária, parcialmente compensado pelas reduções de R\$ 3,7 bilhões na dívida bancária líquida, R\$ 16 bilhões no financiamento externo líquido e de R\$ 5,3 bilhões nas outras fontes de financiamento interno, que incluem a base monetária. A dívida líquida do setor público alcançou R\$ 1,507 trilhão, equivalentes a 39,9% do PIB, mesmo patamar do mês anterior. Já a dívida bruta, variável utilizada nas comparações internacionais, alcançou R\$ 2,112 trilhões em março de 2011 (56% do PIB), 0,2 p.p. acima do valor de fevereiro deste ano.

O resultado do superávit primário do 1º trimestre do ano foi sustentado pelas contas do governo central (R\$ 26 bilhões) e dos governos regionais (R\$ 13,7 bilhões). As estatais ofereceram contribuição negativa de R\$ 400 milhões (ver tabela 2 no anexo). Cumpre registrar a redução do déficit da Previdência, que passou de R\$ 14,2 bilhões no 1º trimestre de 2010 para R\$ 9,5 bilhões no 1º trimestre de 2011.

O resultado do acumulado em 12 meses do superávit primário até março de 2011 alcançou 3,2% do PIB, ficando 0,3 p.p. acima do superávit de fevereiro e da meta fixada para este ano. O superávit primário de 12 meses não ficava acima de 3% desde dezembro de 2008. O déficit nominal em 12 meses contabiliza 2,3% do PIB, contra 2,6% do PIB em fevereiro (ver tabela 3 no anexo).

Os resultados consolidados das contas públicas no 1º trimestre deste ano confirmam a tendência de que a meta de superávit primário anunciada pelo Governo para 2011 deverá ser integralmente cumprida, tendo em conta que

já alcança 33,3% do total para o ano que é de R\$ 117,9 bilhões. Na comparação do acumulado no 1º trimestre de 2011 com igual período do ano anterior, a receita líquida cresceu 17,7%, enquanto as despesas aumentaram 7,1%. Os gastos com pessoal subiram 3,6%, os gastos de custeio (manutenção da máquina pública) aumentaram 15,2% e os investimentos 9,2%.

Em meados de abril, o Governo Federal enviou ao Congresso Nacional o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2012. A meta oficial de superávit primário do setor público consolidado foi mantida em 3,1% do PIB (R\$ 138,9 bilhões), repartindo-se em 2,15% para o Governo Central, 0,95% para os Governos Regionais e 0% para as Empresas Estatais. Há possibilidade de abatimento da meta de superávit primário em 0,9% do PIB (R\$ 40,6 bilhões) com a exclusão dos gastos relativos ao PAC. De acordo com a Ministra Miriam Belchior, o PAC e as ações relativas à superação da extrema pobreza terão precedência na alocação dos recursos no Projeto de Lei Orçamentária de 2012. Segundo cálculos do Governo, com a manutenção do superávit primário em 3,1% para os próximos três anos, crescimento do PIB acima de 5% e taxas de juros declinantes, a dívida pública líquida deverá cair dos atuais 39,9% para 28,5% do PIB em 2014. Os parâmetros utilizados para balizar o orçamento para 2012 foram: IPCA de 4,5%; IGP-DI de 4,5%; PIB real de 5%; taxa de câmbio média de R\$/US\$ 1,76; salário mínimo de R\$ 616,3 (+13,1%) e taxa de juros Selic em dezembro de 2012 de 10,75%.

## *Contas Externas*

O déficit em conta corrente de US\$ 14,6 bilhões no 1º trimestre deste ano pode ser explicado pelo saldo negativo na balança de serviços e rendas, que passou de -US\$ 13,6 bilhões no 1º trimestre de 2010 para -US\$ 18,7 bilhões em igual período desse ano, em virtude das maiores remessas de lucros e dividendos, despesas com viagens internacionais, aluguel de equipamentos, transportes, dentre outros. A balança comercial apresentou

superávit de US\$ 3,2 bilhões e o saldo das transferências unilaterais alcançou US\$ 870 milhões.

A entrada de investimentos estrangeiros diretos no País alcançou US\$ 17,5 bilhões, contra US\$ 5,5 bilhões no 1º trimestre de 2010, destinados principalmente para as seguintes atividades: telecomunicações; comércio, exceto veículos; produtos alimentícios; serviços financeiros e atividades auxiliares; atividades imobiliárias; obras de infraestrutura; metalurgia; extração de petróleo e gás natural; extração de minerais metálicos; e produtos de borracha e de material de plástico.

O último *Relatório de Mercado* do BC apresenta as seguintes projeções para o ano de 2011: saldo de US\$ 18 bilhões na balança comercial, déficit de US\$ 60 bilhões na conta corrente e fluxo de US\$ 50 bilhões em investimentos estrangeiros diretos.

O real segue valorizado, a despeito das intervenções do Banco Central no mercado de câmbio à vista e a termo, do aumento de compulsório sobre a posição vendida de câmbio e da elevação do IOF sobre o ingresso de capitais. No 1º quadrimestre de 2011, a taxa de câmbio R\$/US\$ comercial (compra) oscilou entre 1,5646 e 1,6904, com o dólar alcançado R\$ 1,5725 no final de abril contra R\$ 1,7313 em igual período do ano anterior. Segundo o Banco Central, no 1º quadrimestre deste ano o fluxo de entrada de dólares superou o de saída em US\$ 37,1 bilhões, em função principalmente da entrada de US\$ 29,6 bilhões em recursos para o mercado financeiro. Destaca-se o impacto da elevação do IOF sobre a entrada de capitais, que despencou de US\$ 12,7 bilhões em março para US\$ 1,5 bilhão em abril. Além da forte entrada de recursos, a cotação da moeda americana foi afetada pela especulação dos bancos no mercado de câmbio, cuja posição vendida em Dólar, que reflete uma aposta na valorização do Real, aumentou de US\$ 8,8 bilhões em março para US\$ 11,7 bilhões em abril. O fortalecimento do real tem preocupado o setor produtivo nacional, seja por conta da perda de competitividade das exportações, seja pela concorrência acirrada no mercado interno com o produto similar importado. Dados do

Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) mostram que o crescimento das importações de produtos industrializados tem sido acompanhado pela redução do nível médio de utilização da capacidade instalada da indústria de transformação brasileira, o que sinaliza que, em alguns segmentos industriais, a importação está sendo usada para substituir produtos fabricados no Brasil, particularmente nos segmentos industriais mão-de-obra intensivos, tais como calçados, têxteis, móveis e alimentos e bebidas.

O valor das exportações brasileiras alcançou US\$ 20,2 bilhões em abril, contra importações de US\$ 18,3 bilhões, o que gerou um saldo comercial de US\$ 1,9 bilhão, contra US\$ 1,6 bilhão no mês anterior. Assim, no acumulado do 1º quadrimestre desse ano, as exportações alcançaram US\$ 71,4 bilhões, um aumento de 31,3% em relação à igual período do ano anterior, e as importações, US\$ 66,4 bilhões, uma alta de 27,1% em relação à igual período do ano anterior. O superávit comercial no acumulado do ano foi da ordem de US\$ 5 bilhões, valor US\$ 2,9 bilhões superior ao de igual período do ano passado. No período acumulado de 12 meses até abril, as exportações alcançaram US\$ 218,9 bilhões e as importações US\$ 195,8 bilhões. Tanto as exportações, quanto as importações registraram recorde para o período de 12 meses. Segundo a Secex, o crescimento das exportações reflete tanto a alta dos preços, quanto a maior quantidade de produtos exportados. Em função do desempenho da economia mundial, a Secex modificou a meta brasileira de exportações para 2011 de US\$ 228 bilhões para US\$ 245 bilhões, uma alta de 21% em relação ao verificado em 2010.

## Petróleo

O mercado internacional de petróleo registrou queda de preços nos últimos 30 dias. O decréscimo reflete conjuntamente a divulgação do crescimento dos estoques de petróleo dos Estados Unidos (+3,4 milhões de barris), denotando que a oferta continua abundante no país. De outro lado, a

demanda está contida pelo nível elevado dos preços da gasolina. Como fator de ordem estrutural, há influência da conjunção de aperto monetário com um quadro de fraca recuperação das economias avançadas. Desse modo, na primeira semana de maio, o petróleo WTI (mercado *spot*) alcançou US\$ 101/barril, contra US\$ 108/barril em igual período do mês anterior, enquanto a cesta OPEP foi cotada a US\$ 112/barril, contra US\$ 115/barril em igual período do mês anterior.

## Front Externo

A economia dos Estados Unidos segue dando sinais tímidos de recuperação. O BEA (*Bureau of Economic Analysis*) divulgou a primeira estimativa para o PIB americano no 1º trimestre de 2011: alta de 1,8%, contra uma expansão de 3,1% no 4º trimestre, em termos anualizados. Os gastos do consumidor norte-americano, responsáveis por cerca de 70% do PIB do país aumentaram 2,7% nos três primeiros meses deste ano, abaixo da taxa de expansão de 4% no último trimestre de 2010. As exportações cresceram 4,9%, bem abaixo dos 8,6% registrados no 4º trimestre de 2010, enquanto as importações cresceram 4,4%, após queda de 12,6% na mesma comparação intertemporal. Os gastos do governo federal no 1º trimestre do ano recuaram 7,9%, o maior recuo em mais de uma década, com queda de 11,7% dos gastos com defesa. As empresas norte-americanas também gastaram menos, com queda de 1,8%, depois de um aumento de 7,7% nos gastos no 4º trimestre de 2010. No setor imobiliário houve contração de 4,1%, após a expansão de 3,3% no trimestre anterior.

Em abril, o Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc) do Fed voltou a manifestar preocupação com o risco inflacionário, mas concluiu que a maior parte da recente alta da inflação está relacionada ao salto nos preços de energia e das *commodities*, cujos efeitos são temporários. Os membros do Fomc estão divididos em relação ao momento adequado para começar a apertar a política monetária. Em abril, o nível de desemprego nos Estados

Unidos estava em 9%, enquanto o índice de preços ao consumidor (CPI) de março registrou alta de 2,7% em termos anualizados.

O FMI recomendou que os Estados Unidos adotem urgentemente uma estratégia para estabilizar a dívida pública. De acordo com projeções orçamentárias das autoridades americanas, a dívida federal em poder do público aumentará de 62% do PIB em 2010 para cerca de 90% em 2030. Segundo o FMI, a situação tende a continuar piorando, em virtude do envelhecimento populacional e do rápido crescimento dos custos de saúde, que exercerão forte pressão de alta sobre as taxas de juros nos Estados Unidos e no mundo.

Segundo dados divulgados pelo *National Bureau of Statistics of China*, em março a produção industrial da China apresentou expansão de 14,8% em relação ao registrado em igual mês do ano anterior e de 14,4% no acumulado dos últimos 12 meses. Segundo um estudo do centro de pesquisas econômicas *IHS Global Insight*, a China superou os Estados Unidos em 2010, tornando-se a maior potência manufatureira do mundo. A produção industrial da China representou 19,8% da produção manufatureira mundial em 2010, enquanto a parcela dos Estados Unidos representou 19,4%. O índice de preços ao consumidor em março foi de 5,4%, ainda muito superior à meta de 4% fixada para 2011, apesar dos contínuos esforços para redução do preço das moradias e da desaceleração do consumo da população. A taxa de desemprego em 2010 foi de 6,1%.

Segundo dados divulgados pela *Eurostat* (agência oficial de estatísticas da Comunidade Européia), a produção industrial da zona do euro cresceu 0,4% em fevereiro na comparação com o mês imediatamente anterior e 7,3% na comparação com fevereiro de 2010. Já a produção industrial da União Européia cresceu 0,2% e 7% nas mesmas comparações intertemporais. O índice de preços ao consumidor da zona do euro registrou variação de 2,7% em março, enquanto a taxa de desemprego alcançou 9,9% em fevereiro de 2011.



Em maio, o Banco Central Europeu (BCE) decidiu manter as taxas de juros na zona do euro em 1,25%, como previa o mercado. A instituição manteve inalteradas as taxas para empréstimos aos bancos por um dia (2%) e para depósitos *overnight* nos bancos centrais (0,5%). O Banco da Inglaterra também não alterou a taxa de juros, mantendo-a no mínimo histórico de 0,5%. A expectativa do mercado é que a entidade eleve a taxa básica nos próximos meses.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) anunciou a liberação de um empréstimo de 26 bilhões de Euros para Portugal. A quantia faz parte de um acordo de resgate de 78 bilhões de Euros firmado entre o país, a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu (BCE) e o FMI. O restante do valor será emprestado pela União Europeia. Do total previsto no resgate, cerca de 12 bilhões de Euros serão destinados ao setor bancário. Analistas de mercado acreditam que as condições associadas a essas liberações de recursos poderão causar recessão no país por pelo menos dois anos.

A economia do Japão foi fortemente abalada pelos efeitos devastadores do terremoto seguido de tsunami e da conseqüente crise nuclear, ocorridos a partir de março deste ano. Segundo estatísticas divulgadas pelo METI (Ministério da Economia, Comércio e Indústria), em março, a produção industrial caiu 15,3% em relação ao verificado em fevereiro e 12,9% em relação ao registrado em igual mês do ano anterior. Trata-se do maior declínio desde que o governo começou a divulgar dados comparáveis, em fevereiro de 1953. Metade dessa queda está ligada à produção automobilística, que despencou 46,4%. A taxa de desemprego manteve-se em 4,6% em março, enquanto o índice de preços ao consumidor manteve-se estável na comparação de 12 meses. Nesse contexto de crise aguda, o Parlamento do Japão aprovou um orçamento emergencial da ordem de US\$ 50 bilhões para reativar a economia do país, principalmente através de obras públicas. O custo total dos danos causados pelo desastre é estimado em US\$ 300 bilhões. Os partidos de oposição apoiaram a primeira rodada de gastos para financiar obras como remover os destroços causados pelo *tsunami* no nordeste japonês e construir moradias temporárias. Mas a

aprovação dos próximos pacotes deverá ser mais difícil, pois envolverá a elevação de impostos e o levantamento de empréstimos nos mercados de bônus.

## *A alta inflacionária e a valorização do real ameaçam o desempenho da indústria*

O cenário para os próximos meses é de crescimento da economia, porém num ritmo abaixo do registrado em 2010. O Governo Dilma deverá priorizar o combate à inflação em detrimento da contenção da valorização cambial. A expectativa é que o BC recorra mais ao aumento gradual da taxa básica de juros e menos às medidas macroprudenciais para controlar a inflação. Dessa forma, o BC deverá promover, pelo menos, uma nova elevação da taxa básica de juros de 50 p.p até o final do ano. O Governo tem cumprido o anunciado esforço fiscal, o que deverá contribuir para o desaquecimento da demanda interna, reduzindo as pressões inflacionárias. No que se refere ao câmbio, as medidas anunciadas recentemente e as intervenções quase diárias do BC no mercado de câmbio têm se mostrado inócuas para conter a valorização cambial. Ademais, novos aumentos da taxa Selic deverão fortalecer ainda mais a moeda brasileira. A expectativa é que o real continue valorizado nos próximos meses, afetando a competitividade da indústria nacional.

O setor industrial brasileiro tende a se beneficiar da manutenção da demanda interna aquecida e da perspectiva de crescimento sustentado nos próximos anos, porém há grande preocupação quanto à deterioração das expectativas de inflação e ao atual processo de valorização cambial. Além da perda de competitividade de alguns segmentos no mercado externo, o setor industrial tem enfrentado o encolhimento das margens no mercado interno, pois a entrada facilitada (câmbio valorizado) de produtos importados dificulta o repasse do aumento dos custos dos insumos. Ademais, a indústria tem enfrentado alta dos custos salariais, por conta do forte crescimento econômico brasileiro, que se traduziu na crescente escassez de mão-de-obra, sobretudo nas categorias mais qualificadas. A expectativa

de curto prazo é que a Indústria continue enfrentando um processo de alta inflacionária e que o aperto da política monetária reduza a disponibilidade de crédito, encarecendo o custo de capital para as empresas.

A atual conjuntura tende a provocar um efeito diverso sobre os vários setores da indústria do Brasil e da Bahia. Enquanto fabricantes de bens de consumo ainda registraram encomendas fortes em março e abril, os segmentos de aço e papelão ondulado têm revisado para baixo suas projeções de crescimento neste ano. Ademais, os segmentos trabalho-intensivos, a exemplo dos de calçados e têxteis, têm sofrido bastante com o processo de valorização cambial que, juntamente ao problema dos elevados encargos trabalhistas, reduz significativamente a competitividade das empresas locais em relação a seus concorrentes asiáticos.

Em relação ao segmento automotivo, o volume de vendas continua forte, impulsionado pelo mercado interno. No entanto, as margens têm encolhido por conta da escalada da inflação setorial, com alta dos custos do aço, plásticos e outros insumos, ao tempo que os preços dos veículos não sofreram reajustes relevantes. O setor tem sido crescentemente pressionado pela entrada de veículos importados, com destaque para os originados da Argentina e México, que possuem condições tarifárias facilitadas, além de Coréia do Sul e, mais recentemente, pelos veículos fabricados na China.

Paradoxalmente, por conta da singular matriz industrial baiana, concentrada em segmentos capital-intensivos produtores de bens *tradable*, a alta dos preços das *commodities* tende a impulsionar as receitas de segmentos como refino, petroquímico, metalurgia e celulose. Além disso, empresas que possuem dívidas denominadas em dólares ou que possuem elevados coeficientes de importação se beneficiam da conjuntura atual do Real valorizado.

A indústria baiana deve monitorar a condução da política monetária pelo BC, que poderá prolongar o ciclo de alta do juro referencial, reduzindo de

maneira significativa o nível de atividade e a demanda doméstica. A expectativa é que as medidas de aperto no crédito e a elevação dos juros afetem o desempenho da Indústria a partir do 2º trimestre deste ano. Com o maior comprometimento com o pagamento de empréstimos, a renda disponível do consumidor deverá cair. A alta dos juros reduz também a contratação de pessoal e a propensão ao investimento do setor industrial. A valorização do real deverá continuar prejudicando a competitividade do setor produtivo nacional tanto no mercado externo, quanto no mercado interno. A intensificação da pressão da indústria em relação à agenda de reformas que impactam diretamente a sua competitividade, assim como de medidas de defesa comercial e de melhoria da infraestrutura de escoamento da produção, é fundamental para evitar perdas ainda maiores em suas margens e na sua escala de produção.

Compõem o presente Anexo os seguintes documentos:

- (i) Tabelas de Política Fiscal (págs. 13 a 15);
- (i) Brasil e Bahia: Evolução Mensal dos Saldos das Admissões menos Desligamentos de Trabalhadores regidos pela CLT, no período 2010-março 2011 (págs. 16 a 19);
- (ii) Indicadores de Economias Avançadas (12/05/2011) (pág. 20);
- (iii) Indicadores Econômicos de Países Emergentes (12/05/2011) (pág. 21); e
- (iv) Relatório de Mercado do Banco Central/GERIN Expectativas de Mercado (06/05/2011) (pág. 22 a 25).

**Tabela 1 - Necessidade de financiamento do setor público consolidado (NFSP)***(Fluxos mensais, em R\$ bilhões e em % do PIB\*)*

Discriminação	2010										2011					
	mar	(%)	set	(%)	out	(%)	nov	(%)	dez	(%)	jan	(%)	fev	(%)	mar	(%)
<b>Primário</b>	<b>-0,16</b>	<b>-0,1</b>	28,16	9,0	9,74	3,1	4,17	1,3	10,85	3,3	17,75	5,7	7,91	2,6	<b>13,60</b>	<b>4,2</b>
<b>Juros nominais</b>	<b>-17,01</b>	<b>-5,9</b>	-16,16	-5,2	-16,11	-5,1	-18,53	-5,7	-19,54	-6,0	-19,28	-6,2	-19,12	-6,3	<b>-20,55</b>	<b>-6,3</b>
<b>Nominal</b>	<b>-17,17</b>	<b>-5,9</b>	12,00	3,8	-6,37	-2,0	-14,36	-4,4	-8,68	-2,7	-1,53	-0,5	-11,20	-3,7	<b>-6,95</b>	<b>-2,1</b>

Fonte: Banco Central; elaboração FIEB/SDI

**Tabela 2 - Necessidade de financiamento do setor público (NFSP)***(Valores acumulados, em R\$ bilhões e em % do PIB)*

Contas públicas	Janeiro a Março	Primário		Juros		Nominal	
		R\$ bi	%	R\$ bi	%	R\$ bi	%
<b>a. Governo central</b>	2010	8,92*	1,07	-30,61	-3,66	-21,68	-2,60
	<b>2011</b>	<b>26,01**</b>	<b>2,78</b>	<b>-40,88</b>	<b>-4,37</b>	<b>-14,86</b>	<b>-1,59</b>
<b>b. Governos regionais</b>	2010	9,18	1,10	-14,28	-1,71	-5,10	-0,61
	<b>2011</b>	<b>13,65</b>	<b>1,46</b>	<b>-17,07</b>	<b>-1,83</b>	<b>-3,43</b>	<b>-0,37</b>
<b>c. Empresas estatais</b>	2010	1,00	0,12	-0,52	-0,06	0,48	0,06
	<b>2011</b>	<b>-0,40</b>	<b>-0,04</b>	<b>-1,00</b>	<b>-0,11</b>	<b>-1,39</b>	<b>-0,15</b>
Total (a + b + c)	2010	19,10	2,29	-45,40	-5,44	-26,30	-3,15
	<b>2011</b>	<b>39,26</b>	<b>4,20</b>	<b>-58,94</b>	<b>-6,30</b>	<b>-19,68</b>	<b>-2,10</b>

Fonte: Banco Central; elaboração FIEB/SDI

(\*) Governo Federal (R\$ 23,2 bilhões) + Banco Central (-R\$ 0,094 bilhões) + INSS (-R\$ 14,2 bilhões).

**Tabela 3 - Necessidade de financiamento do setor público consolidado (NFSP)***(Fluxos de 12 meses, em R\$ bilhões e em % do PIB)*

Discriminação	2010										2011					
	mar	(%)	set	(%)	out	(%)	nov	(%)	dez	(%)	jan	%	fev	%	mar	%
<b>Primário</b>	<b>65,12</b>	<b>2,0</b>	103,13	2,9	99,11	2,8	91,00	2,5	101,70	2,8	103,36	2,8	108,10	2,9	<b>121,86</b>	<b>3,2</b>
<b>Juros nominais</b>	<b>-175,92</b>	<b>-5,3</b>	-185,82	-5,2	-186,95	-5,2	-190,21	-5,2	-195,37	-5,4	-200,52	-5,4	-205,37	-5,5	<b>-208,91</b>	<b>-5,5</b>
<b>Nominal</b>	<b>-110,80</b>	<b>-3,4</b>	-82,68	-2,3	-87,85	-2,4	-99,21	-2,7	-93,67	-2,6	-97,16	-2,6	-97,27	-2,6	<b>-87,05</b>	<b>-2,3</b>

Fonte: Banco Central; elaboração FIEB/SDI

## Brasil - Evolução Mensal dos Saldos das Admissões menos Desligamentos de Trabalhadores regidos pela CLT (2010 - 2011)

	jan/10	fev/10	mar/10	abr/10	mai/10	jun/10	jul/10	ago/10	set/10	out/10	nov/10	dez/10	Total 2010	Total 2010 (MTE) <sup>1</sup>
<b>TOTAL</b>	181.419	209.425	266.415	305.068	298.041	212.952	181.796	299.415	246.875	204.804	138.247	-407.510	2.136.947	2.555.421
<b>1.EXTRAT MINERAL</b>	1.192	1.463	1.423	1.323	1.959	1.441	1.631	1.704	1.970	1.239	1.253	-255	16.343	17.715
<b>2.IND.TRANSFORMAÇÃO</b>	68.920	63.024	72.440	83.059	62.220	44.485	41.530	70.393	94.205	46.923	-9.193	-152.978	485.028	544.367
MIN. NÃO METÁLICOS	3.758	2.107	2.207	3.358	2.538	3.377	2.653	3.958	3.028	3.035	2.009	-2.836	29.192	34.456
METALÚRGICA	11.614	10.104	10.111	8.759	6.879	5.779	5.289	6.894	4.945	6.361	2.664	-5.330	74.069	80.712
MECÂNICA	8.622	6.694	5.634	4.864	4.110	1.786	3.701	4.513	6.283	3.958	2.710	-3.375	49.500	53.016
MAT. ELÉTRICO COMUM.	4.926	2.925	3.975	2.052	3.033	1.625	2.235	2.262	2.502	3.060	920	-3.798	25.717	27.476
MAT. DE TRANSPORTE	5.917	5.096	6.579	6.777	7.285	5.591	4.209	5.606	4.033	2.609	1.954	-2.036	53.620	55.489
MADEIRA E MOBILIÁRIO	4.619	2.457	2.702	4.870	2.563	2.373	1.438	4.642	4.099	4.016	2.006	-8.535	27.250	32.212
PAP., PAPELÃO, EDIT.	2.265	1.058	1.134	1.520	2.073	1.488	1.479	2.738	2.070	2.590	1.080	-3.361	16.134	17.700
BOR., FUMO, COUROS QUIM.,PROD. FARM., VET.	5.048	7.153	9.695	4.962	3.716	3	-2.497	-2.912	-23	561	-1.336	-5.872	18.498	21.164
TÊXTIL, VESTUÁRIO	8.156	6.428	11.485	10.092	9.209	6.107	5.904	8.269	8.166	6.793	-429	-24.956	55.224	63.165
CALÇADOS PROD. ALIMENT., BEBIDAS	7.766	10.026	9.254	5.716	1.548	3.206	4.820	7.710	4.148	1.993	-5.089	-23.096	28.002	30.034
3.SERV. IND. UT. PÚBLICA	-1.408	3.848	3.792	24.385	13.911	10.454	8.341	21.584	49.569	4.890	-17.471	-61.942	59.953	77.809
4.CONSTRUÇÃO CIVIL	2.538	1.830	1.593	1.804	958	1.139	1.313	2.626	987	1.354	1.155	557	17.854	20.034
5.TOTAL INDÚSTRIA	54.330	34.735	38.629	38.418	39.082	24.825	38.382	40.138	21.676	11.412	-7.851	-79.598	254.178	334.311
6.COMÉRCIO	126.980	101.052	114.085	124.604	104.219	71.890	82.856	114.861	118.838	60.928	-14.636	-232.274	773.403	916.427
7.SERVIÇOS	-6.787	10.682	29.419	40.725	43.465	26.631	28.250	65.083	55.051	81.347	131.336	14.411	519.613	611.900
8.ADM PÚBLICA	57.889	85.607	106.395	96.583	86.104	57.450	61.606	128.232	94.202	86.207	79.173	-75.198	864.250	1.018.052
9.AGRIC., SILVICULT.	-806	8.108	6.150	4.205	2.006	1.614	1.324	2.498	1.721	938	155	-22.286	5.627	10.417
	4.143	3.976	10.366	38.951	62.247	55.367	7.760	-11.259	-22.937	-24.616	-57.781	-92.163	-25.946	-1.375

Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados; Elaboração FIEB/SDI

(1) Em janeiro de 2011, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) mudou a metodologia de apuração dos dados da CAGED, alterando os valores do período de janeiro a novembro de 2010. No entanto, não foi disponibilizada a nova série, o que resultou na diferença entre o total apresentado nesta planilha e o divulgado MTE. No caso do acumulado do ano, os resultados foram acrescidos de ajustes e a variação relativa toma como referência o estoque do mês atual acumulando os ajustes e o mês de dezembro do ano t-1.



## Brasil - Evolução Mensal dos Saldos das Admissões menos Desligamentos de Trabalhadores regidos pela CLT (2010 - 2011)

	jan/11	fev/11	mar/11	Acumulado no ano	Acumulado 12 meses	Acumulado no ano (MTE) <sup>1</sup>	Acumulado 12 meses (MTE) <sup>1</sup>
<b>TOTAL</b>	152.091	280.799	92.675	525.565	2.005.253	583.886	2.350.841
<b>1.EXTRAT MINERAL</b>	1.571	1.713	1.845	5.129	17.394	5.484	18.719
<b>2.IND.TRANSFORMAÇÃO</b>	53.207	60.098	14.448	127.753	408.397	134.732	454.660
MIN. NÃO METÁLICOS	2.823	2.789	683	6.295	27.415	6.931	31.760
METALÚRGICA	6.592	6.919	3.065	16.576	58.816	17.850	64.346
MECÂNICA	8.673	5.407	3.841	17.921	46.471	18.338	49.451
MAT. ELÉTRICO COMUM.	5.160	2.303	2.502	9.965	23.856	10.034	25.098
MAT. DE TRANSPORTE	5.230	3.793	3.102	12.125	48.153	12.330	49.165
MADEIRA E MOBILIÁRIO	2.677	1.471	-1.692	2.456	19.928	2.952	24.612
PAP., PAPELÃO, EDIT.	1.513	658	-627	1.544	13.221	1.828	14.494
BOR., FUMO, COUROS	3.928	4.912	7.754	16.594	13.196	16.810	15.337
QUIM.,PROD. FARM., VET.	4.550	7.087	1.715	13.352	42.584	12.607	44.606
TÊXTIL, VESTUÁRIO	6.008	4.944	-566	10.386	39.541	11.339	45.892
CALÇADOS	7.036	6.683	3.564	17.283	18.239	17.512	19.487
PROD. ALIMENT., BEBIDAS	-983	13.132	-8.893	3.256	56.977	6.201	70.412
<b>3.SERV. IND. UT. PÚBLICA</b>	1.572	693	907	3.172	15.065	3.505	17.395
<b>4.CONSTRUÇÃO CIVIL</b>	33.358	30.701	3.315	67.374	193.858	77.385	259.009
<b>5.TOTAL INDÚSTRIA</b>	89.708	93.205	20.515	203.428	634.714	221.106	749.783
<b>6.COMÉRCIO</b>	-18.130	17.394	-3.817	-4.553	481.746	5.428	566.181
<b>7.SERVIÇOS</b>	73.231	134.342	60.309	267.882	882.241	291.744	1.004.771
<b>8.ADM PÚBLICA</b>	-1.042	15.021	4.268	18.247	10.422	20.582	11.663
<b>9.AGRIC., SILVICULT.</b>	8.324	20.837	11.400	40.561	-3.870	45.026	18.443

Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados; Elaboração FIEB/SDI

(1) Em janeiro de 2011, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) mudou a metodologia de apuração dos dados da CAGED, alterando os valores do período de janeiro a novembro de 2010.

## Bahia - Evolução Mensal dos Saldos das Admissões menos Desligamentos de Trabalhadores regidos pela CLT (2010 - 2011)

	jan/10	fev/10	mar/10	abr/10	mai/10	jun/10	jul/10	ago/10	set/10	out/10	nov/10	dez/10	Total 2010	Total 2010 (MTE) <sup>1</sup>
<b>TOTAL</b>	14.424	6.088	10.226	10.590	16.301	3.705	8.137	11.207	10.287	7.059	10.681	-17.303	91.402	123.947
<b>1.EXTRAT MINERAL</b>	186	93	59	167	128	52	229	93	456	44	21	-97	1.431	1.386
<b>2.IND.TRANSFORMAÇÃO</b>	2.418	1.505	3.146	2.341	2.663	-343	1.080	2.313	2.060	1.184	390	-4.015	14.742	17.183
<b>MIN. NÃO METÁLICOS</b>	223	225	188	106	172	167	23	19	-13	26	94	57	1.287	1.773
<b>METALÚRGICA</b>	191	-111	175	241	66	58	170	228	168	101	237	-437	1.087	1.253
<b>MECÂNICA</b>	289	350	632	304	579	-1.392	-137	77	209	233	130	-451	823	1.051
<b>MAT. ELÉTRICO COMUM.</b>	64	61	59	68	57	-9	56	31	15	22	97	-24	497	528
<b>MAT. DE TRANSPORTE</b>	124	13	43	67	41	18	37	7	9	8	26	-52	341	366
<b>MADEIRA E MOBILIÁRIO</b>	58	12	27	-10	-55	-36	-2	164	99	90	71	-28	390	631
<b>PAP., PAPELÃO, EDIT.</b>	174	-60	71	53	67	19	76	43	99	96	99	-81	656	794
<b>BOR., FUMO, COUROS</b>	326	175	52	59	41	4	56	41	48	-83	67	-45	741	697
<b>QUIM.,PROD. FARM., VET.</b>	140	24	275	84	201	98	287	152	185	32	156	-324	1.310	1.401
<b>TÊXTIL, VESTUÁRIO</b>	-50	22	200	227	206	305	412	234	217	9	142	-307	1.617	1.980
<b>CALÇADOS</b>	993	776	424	322	58	426	136	907	305	342	-49	-925	3.715	3.831
<b>PROD. ALIMENT., BEBIDAS</b>	-114	18	1.000	820	1.230	-1	-34	410	719	308	-680	-1.398	2.278	2.878
<b>3.SERV. IND. UT. PÚBLICA</b>	-37	35	166	-29	-21	-91	118	138	33	76	52	72	512	987
<b>4.CONSTRUÇÃO CIVIL</b>	4.029	2.766	4.348	2.600	2.620	1.184	4.385	3.591	1.591	-351	2.830	-9.108	20.485	28.255
<b>5.TOTAL INDÚSTRIA</b>	6.596	4.399	7.719	5.079	5.390	802	5.812	6.135	4.140	953	3.293	-13.148	37.170	47.811
<b>6.COMÉRCIO</b>	1.578	1.324	-723	518	1.659	775	-856	1.070	2.223	3.756	5.240	1.416	17.980	24.409
<b>7.SERVIÇOS</b>	3.972	1.198	2.033	1.436	3.855	961	3.104	5.657	3.962	3.858	4.189	-2.027	32.198	44.869
<b>8.ADM PÚBLICA</b>	-79	77	76	47	9	8	66	88	10	-8	-27	-85	182	472
<b>9.AGRIC., SILVICULT.</b>	2.357	-910	1.121	3.510	5.388	1.159	11	-1.743	-48	-1.500	-2.014	-3.459	3.872	6.386

Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados; Elaboração FIEB/SDI

(1) Em janeiro de 2011, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) mudou a metodologia de apuração dos dados da CAGED, alterando os valores do período de janeiro a novembro de 2010. No entanto, não foi disponibilizada a nova série, o que resultou na diferença entre o total apresentado nesta planilha e o divulgado MTE. No caso do acumulado do ano, os resultados foram acrescidos de ajustes e a variação relativa toma como referência o estoque do mês atual acumulando os ajustes e o mês de dezembro do ano t-1.

## Bahia - Evolução Mensal dos Saldos das Admissões menos Desligamentos de Trabalhadores regidos pela CLT (2010 - 2011)

	jan/11	fev/11	mar/11	Acumulado no ano	Acumulado 12 meses	Acumulado no ano (MTE) <sup>1</sup>	Acumulado 12 meses (MTE) <sup>1</sup>
<b>TOTAL</b>	7.438	3.127	2.758	13.323	73.987	17.193	100.771
<b>1.EXTRAT MINERAL</b>	124	43	93	260	1.353	278	1.372
<b>2.IND.TRANSFORMAÇÃO</b>	995	4	510	1.509	9.182	1.790	11.498
MIN. NÃO METÁLICOS	236	86	56	378	1.029	460	1.481
METALÚRGICA	198	-351	48	-105	727	-36	972
MECÂNICA	74	122	-66	130	-318	127	-141
MAT. ELÉTRICO COMUM.	81	49	28	158	471	168	508
MAT. DE TRANSPORTE	-6	-40	-35	-81	80	-13	170
MADEIRA E MOBILIÁRIO	102	99	-32	169	462	192	693
PAP., PAPELÃO, EDIT.	71	39	34	144	615	130	745
BOR., FUMO, COUROS	219	159	186	564	752	569	798
QUIM.,PROD. FARM., VET.	350	-498	72	-76	795	-29	892
TÊXTIL, VESTUÁRIO	-81	41	-154	-194	1.251	-211	1.468
CALÇADOS	-110	277	400	567	2.089	567	2.173
PROD. ALIMENT., BEBIDAS	-139	21	-27	-145	1.229	-134	1.739
<b>3.SERV. IND. UT. PÚBLICA</b>	204	-128	89	165	513	133	922
<b>4.CONSTRUÇÃO CIVIL</b>	820	-445	1.222	1.597	10.939	2.613	17.728
<b>5.TOTAL INDÚSTRIA</b>	2.143	-526	1.914	3.531	21.987	4.814	31.520
<b>6.COMÉRCIO</b>	671	160	-1.518	-687	15.114	96	21.066
<b>7.SERVIÇOS</b>	2.852	2.733	684	6.269	31.264	7.528	40.940
<b>8.ADM PÚBLICA</b>	-29	147	30	148	256	289	151
<b>9.AGRIC., SILVICULT.</b>	1.801	613	1.648	4.062	5.366	4.466	7.094

Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados; Elaboração FIEB/SDI

(1) Em janeiro de 2011, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) mudou a metodologia de apuração dos dados da CAGED, alterando os valores do período de janeiro a novembro de 2010.

## Indicadores de economias avançadas

Países	PIB* (%)	PIB, previsões (%)		Produção Industrial* (%)	Taxa de desemprego** (%)	IPC** (%)	Juros % a.a.		Balança comercial	Conta corrente	CC/PIB, previsão (%)						
		2011	2012				(3 meses)	(10 anos)				(Últ. 12 meses, US\$ bilhões)	2011				
														Q4	Q4	Q4	Q4
Austrália	2,7	Q4	3,0	4,0	-0,3	Q4	4,9	Abr	3,3	Q1	4,96	5,40	26,5	Mar	-31,7	Q4	-2,3
Áustria	2,7	Q4	2,2	1,8	8,9	Fev	4,3	Mar	3,1	Mar	1,42	3,66	-6,2	Fev	10,5	Q4	2,9
Bélgica	3,0	Q1	1,8	1,7	7,4	Jan	7,7	Mar	3,4	Abr	1,42	4,26	19,4	Fev	5,9	Dez	1,4
Inglaterra	1,8	Q1	1,6	2,0	2,4	Fev	7,8	Fev	4,0	Mar	0,83	3,38	-151,6	Mar	-56,1	Q4	-2,0
Canadá	3,2	Q4	2,9	2,8	5,0	Fev	7,6	Abr	3,3	Mar	0,97	3,20	-9,3	Fev	-48,5	Q4	-2,2
Noruega	1,6	Q4	2,1	1,7	-6,5	Mar	3,1	Fev	1,3	Abr	2,67	3,71	56,6	Mar	53,4	Q4	13,1
Dinamarca	3,0	Q4	2,0	1,9	-1,5	Mar	4,0	Mar	2,9	Abr	1,46	1,45	12,8	Mar	18,3	Mar	4,3
França	1,5	Q4	1,7	1,7	3,3	Mar	9,5	Mar	2,1	Abr	1,42	3,64	-76,7	Mar	-61,1	Mar	-2,0
Alemanha	4,0	Q4	2,8	2,1	10,9	Mar	7,1	Abr	2,4	Abr	1,42	3,28	209,1	Mar	189,3	Mar	5,2
Itália	1,5	Q4	1,0	1,2	3,1	Mar	8,3	Mar	2,6	Abr	1,42	4,78	-40,8	Fev	-76,5	Fev	-3,3
Japão	2,2	Q4	0,2	2,4	-12,9	Mar	4,6	Fev	nil	Mar	0,16	1,20	84,4	Fev	186,4	Mar	2,7
Holanda	2,4	Q4	1,8	1,8	3,3	Mar	5,1	Mar	2,1	Abr	1,42	3,56	52,3	Fev	60,5	Q4	5,7
Espanha	0,6	Q4	0,6	1,1	1,0	Mar	20,7	Mar	3,8	Abr	1,42	5,23	-65,9	Fev	-63,9	Fev	-3,6
Suécia	7,3	Q4	4,3	2,8	15,0	Mar	8,1	Mar	3,3	Abr	2,46	3,16	11,7	Mar	29,1	Q4	6,3
Suíça	3,2	Q4	2,4	2,1	6,1	Q4	3,1	Abr	0,3	Abr	0,18	1,85	19,5	Mar	82,9	Q4	11,7
EUA	2,3	Q1	2,8	3,2	5,9	Mar	9,0	Abr	2,7	Mar	0,21	3,22	-668,1	Fev	-470,2	Q4	-3,6
Zona do Euro (15)	2,0	Q4	1,6	1,7	7,3	Fev	9,9	Mar	2,8	Abr	1,42	3,09	-22,9	Fev	-64,6	Fev	-0,3

Fonte: The Economist (12/5/2011)

IPC = índice de preços ao consumidor

CC = conta corrente do balanço de pagamentos

\* Variação % sobre igual período do ano anterior.

\*\* Variação % em 12 meses.

## Indicadores econômicos de países emergentes

Países	PIB* (%)	PIB, previsões (%)		Produção industrial* (%)	IPC**	Juros c. prazo % a.a.	Balança comercial (Últ. 12 meses, US\$ bilhões)	Conta corrente	Reservas cambiais (US\$ bilhões)						
		2011	2012												
China	9,7	Q1	9,0	8,7	13,4	Abr	5,3	Abr	4,49	179,0	Abr	331,1	Q4	3044,7	Mar
Hong Kong	6,2	Q4	5,2	4,2	5,8	Q4	4,6	Mar	0,26	-42,1	Fev	14,8	Q4	276,9	Abr
Índia	8,2	Q4	8,9	8,8	7,3	Mar	8,8	Mar	8,06	-110,3	Mar	-51,6	Q4	286,7	Abr
Indonésia	6,5	Q1	6,1	6,3	4,3	Fev	6,2	Abr	9,41	23,1	Mar	5,6	Q1	110,2	Abr
Malásia	4,8	Q4	5,1	5,5	2,4	Mar	3,0	Mar	3,22	34,4	Mar	28,0	Q4	112,2	Mar
Paquistão	4,1	2010	3,0	3,8	0,0	Fev	13,0	Abr	13,11	-14,9	Abr	-1,4	Q4	16,6	Mar
Filipinas	7,1	Q4	5,2	5,7	11,2	Fev	4,5	Abr	3,50	-4,4	Fev	8,5	Dez	60,2	Abr
Cingapura	8,5	Q1	5,5	4,8	22,0	Mar	5,0	Mar	0,44	45,4	Mar	49,5	Q4	242,5	Abr
Coréia do Sul	4,2	Q1	4,7	3,9	8,7	Mar	4,2	Abr	3,46	48,3	Abr	30,7	Mar	298,6	Mar
Taiwan	6,9	Q4	4,0	4,5	13,8	Mar	1,3	Abr	1,05	9,9	Abr	40,6	Q4	399,5	Abr
Taiilândia	3,8	Q4	4,3	4,8	-6,7	Mar	4,0	Abr	2,90	15,3	Mar	16,0	Mar	176,5	Mar
Argentina	9,2	Q4	6,3	4,7	5,0	Mar	9,7	Mar	12,38	11,4	Mar	3,6	Q4	48,8	Mar
Brasil	5,0	Q4	4,0	4,3	-2,1	Mar	6,5	Abr	11,92	23,1	Abr	-50,0	Mar	315,6	Mar
Chile	5,8	Q4	6,2	5,0	30,9	Mar	3,2	Abr	5,16	16,0	Abr	3,8	Q4	31,9	Abr
Colômbia	4,6	Q4	4,5	5,0	2,4	Fev	2,8	Abr	3,77	-1,0	Fev	-8,9	Q4	29,8	Abr
México	4,6	Q4	4,9	3,0	5,2	Fev	3,4	Abr	4,27	-1,7	Mar	-5,7	Q4	123,6	Mar
Peru	8,5	Fev	6,5	6,1	11,0	Fev	3,3	Abr	4,00	6,5	Jan	-2,3	Q4	43,5	Abr
Venezuela	0,6	Q4	1,0	2,6	7,4	Jan	23,9	Abr	14,63	27,1	Q4	14,4	Q4	10,8	Fev
Egito	5,5	Q4	3,5	4,7	5,9	Q4	12,1	Abr	9,60	-26,5	Q4	-4,4	Q4	24,8	Abr
Israel	6,2	Q4	4,2	3,9	3,0	Fev	4,3	Mar	3,20	-10,0	Mar	6,7	Q4	77,2	Abr
Arábia Saudita	3,8	2010	6,0	5,0	na	na	4,7	Mar	0,74	147,9	2010	69,0	2010	476,7	Mar
África do Sul	3,8	Q4	3,7	4,8	4,6	Mar	4,1	Mar	5,60	2,1	Mar	-10,0	Q4	44,4	Abr
Rep. Tcheca	2,6	Q4	2,0	2,9	9,5	Mar	1,6	Abr	1,22	6,9	Mar	-7,2	Q4	43,2	Abr
Hungria	1,9	Q4	2,8	3,2	9,2	Mar	4,7	Abr	6,10	8,1	Mar	2,7	Q4	50,5	Mar
Poônia	4,5	Q4	4,2	3,9	7,0	Mar	4,3	Mar	4,31	-7,9	Fev	-18,1	Fev	106,9	Abr
Rússia	4,5	Q4	4,5	4,5	5,3	Mar	9,6	Abr	8,25	154,4	Mar	69,6	Q1	465,4	Mar
Turquia	9,2	Q4	4,6	4,8	10,4	Mar	4,3	Abr	8,34	-83,7	Mar	-60,5	Mar	86,8	Mar

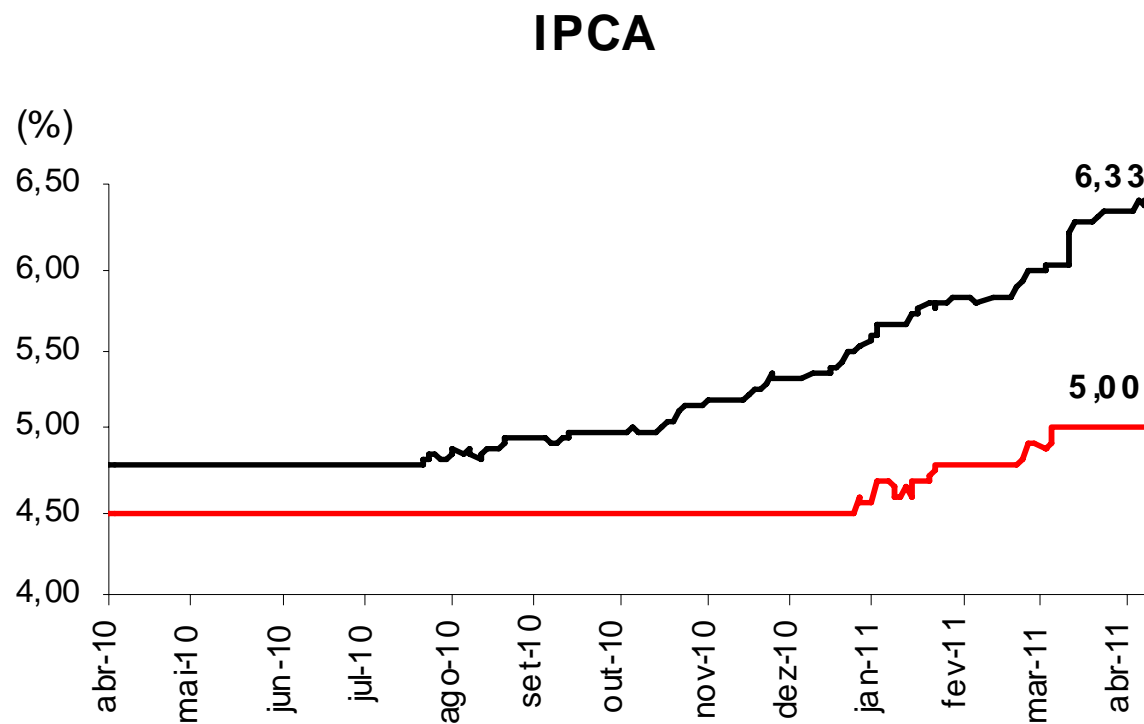
Fonte: The Economist (12/5/2011)

IPC = índice de preços ao consumidor

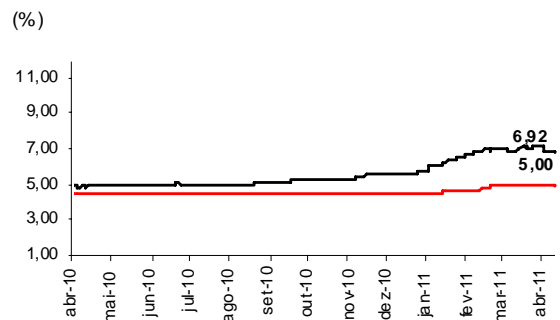
\* Variação % sobre igual período do ano anterior.

\*\* Variação % em 12 meses.

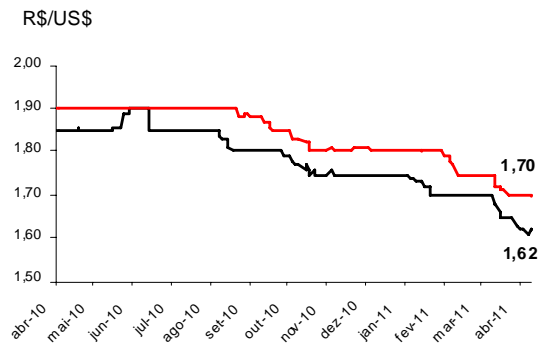
## *Relatório de Mercado do Banco Central: Expectativas de Mercado (06/05/2011)*



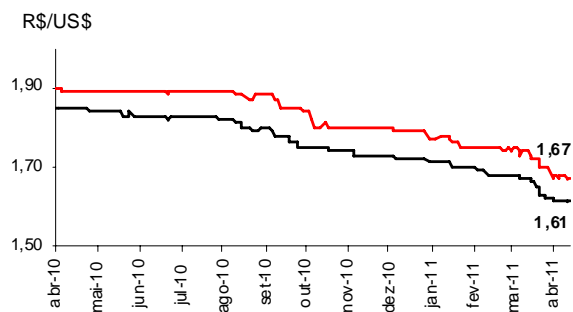
**IGP-M**



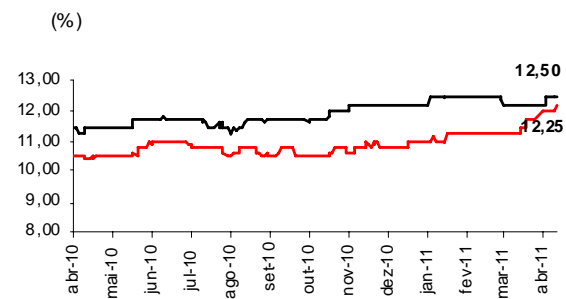
**Taxa de Câmbio (fim de período)**



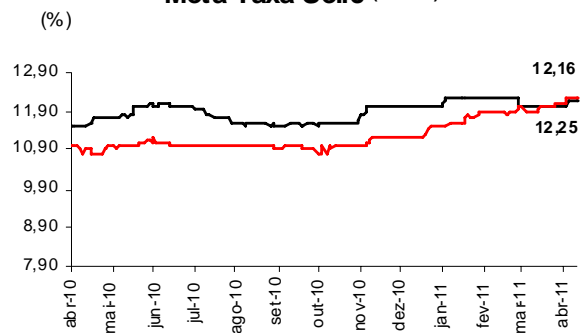
**Taxa de câmbio (média)**



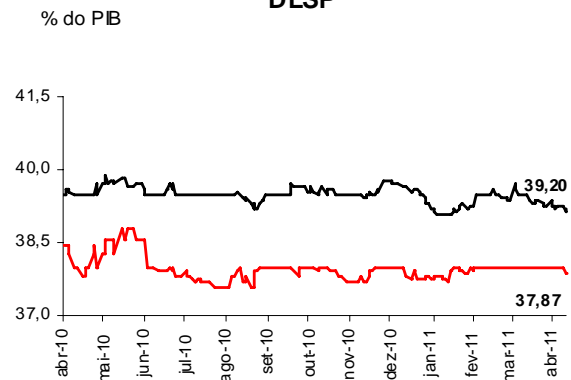
**Meta Taxa Selic (fim de período)**



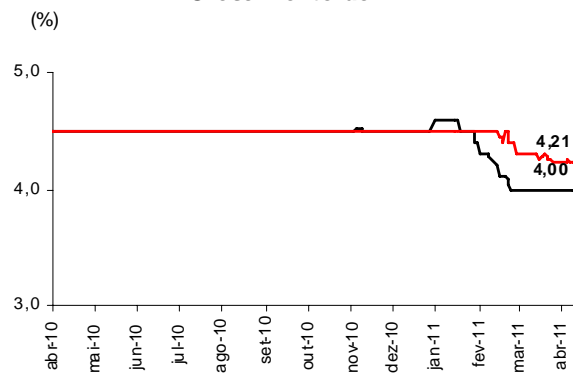
**Meta Taxa Selic (m é dia)**



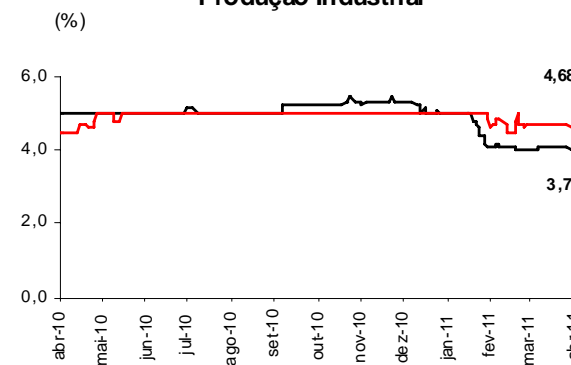
**DLSP**



**Crescimento do PIB**

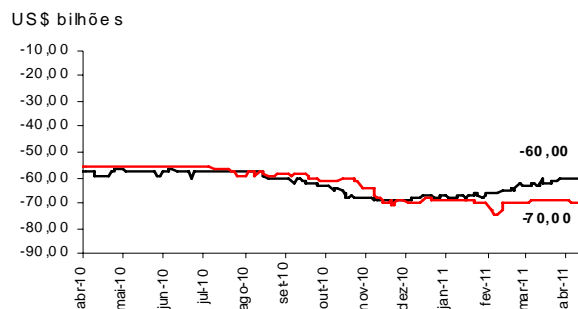


**Produção Industrial**

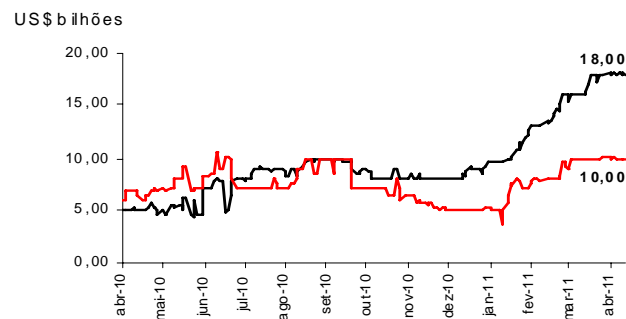




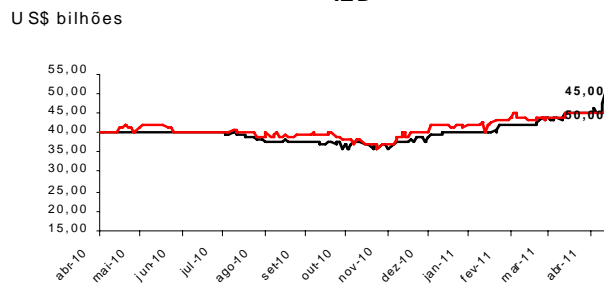
**Conta Corrente**



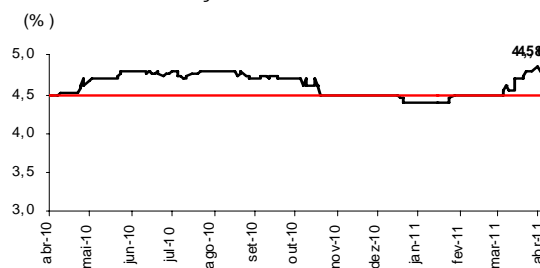
**Balança Comercial**



**IED**



**Preços Administrados**



— 2011  
— 2012

Acompanhamento Conjuntural (AC) é uma publicação mensal da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), produzida pela Superintendência de Desenvolvimento Industrial (SDI).

**Superintendente:**

João Marcelo Alves

(Economista, Mestre em Administração pela UFBA/ISEG-UTL,  
Especialista em Finanças Corporativas pela New York University)

**Equipe Técnica:**

Marcus Emerson Verhine

(Mestre em Economia e Finanças pela Universidade da Califórnia)

Carlos Danilo Peres Almeida

(Mestre em Economia pela UFBA)

Ricardo Menezes Kawabe

(Mestre em Administração Pública pela UFBA)

Mauricio West Pedrão

(Mestre em Análise Regional pela UNIFACS)

Daniella Barreto Cunha

(Mestre em Marketing Internacional pela Universidade de  
Ciências Aplicadas de Reutlingen – Alemanha)

Giselda Federico

(Especialista em Gestão de Empresas pelo CENID)

Ana Lucia Brito Vasconcelos

(Suporte e Assistência Técnica)

**Estagiários:**

André Ferraz de Oliveira

Bárbara Alves Silvestre

Vanessa Gonçalves Azevedo

Críticas e sugestões serão bem recebidas.

Endereço Internet: <http://www.fieb.org.br>

E-mail: [sdi@fieb.org.br](mailto:sdi@fieb.org.br)

Reprodução permitida, desde que citada a fonte.